



**UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
CURSO DE ARTES CÊNICAS E DANÇA – LICENCIATURA**

***AS DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS: UMA PROPOSTA DE
RE(EXISTÊNCIA) DA IDENTIDADE DO NEGRO NA EDUCAÇÃO***

Campo Grande, MS
NOVEMBRO/2017

AS DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS: UMA PROPOSTA DE RE(EXISTÊNCIA) DA IDENTIDADE DO NEGRO NA EDUCAÇÃO

ANGELA MENDES DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Artes Cênicas e Dança da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Professora Dra. Gabriela Di Donato Salvador.

Campo Grande, MS
NOVEMBRO/2017

AS DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS: UMA PROPOSTA DE (RE)EXISTÊNCIA DA IDENTIDADE DO NEGRO NA EDUCAÇÃO

Angela Mendes da Silva/UEMS¹
Gabriela Di Donato Salvador Santinho/UEMS²

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e autobiográfica de cunho qualitativo, que objetiva discutir a (re)existência da identidade do negro na educação mediante o fortalecimento de espaços para vivências corporais através da dança afro-brasileira. Desta forma práticas de dança afro-brasileira em espaços educativos possibilitarão o indivíduo, por intermédio de sua memória corporal, que expressa características e traços decorrentes de sua identidade afrodescendente, construir os repertórios da dança afro-brasileira. Para tanto o texto discorre sobre a história da educação do negro no Brasil; Identidade, ressalta também a importância da implementação da Lei nº 10.639/03 que garante o estudo do Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Por fim o presente trabalho correlaciona o exposto com a oferta da dança afro-brasileira como proposta de resistência da identidade do negro no ensino regular. A pesquisa é fruto de inquietações decorrentes da experiência e vivência minha como arte-educadora, e evidencia o quanto herdamos da cultura africana características que influenciam diretamente na cultura Afro-Brasileira e no processo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Dança Afro-Brasileira. Educação. Identidade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender a importância da dança Afro-Brasileira na educação evidenciando os aspectos da cultura Afro-Brasileira em sua formação e ao mesmo tempo a identidade brasileira do negro a partir da herança cultural Africana. Para tanto, a pesquisa apresentada é de cunho bibliográfico e autobiográfico, o que possibilitou um olhar que atravessa minha vivência como mulher negra e arte educadora, dentro de uma sociedade que ainda não consegue enxergar o valor do negro quanto à sua identidade, especialmente na educação.

O tema abrange um contexto sociocultural pertinente às reflexões atuais sobre a educação brasileira e evidencia o quanto herdamos da cultura africana características que influenciam diretamente na cultura Afro-Brasileira. Porém, mesmo que essa influência seja sabida e notória, o que observo na minha prática quando se fala do assunto é o medo, a insegurança e o preconceito social sobre as questões da cultura africana. O que ocorre é sempre uma breve contextualização feita de forma a cumprir com a Grade Curricular ou a Ementa Pedagógica, que obriga que este conteúdo seja contemplado.

¹-Graduanda de licenciatura Plena em Artes Cênicas e Dança pela UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, campus Campo Grande

² Professora do curso de Licenciatura em Artes Cênicas da UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Doutora em Artes da Cena pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Mestre em Artes Cênicas pela mesma instituição.

O dia da 'Consciência Negra', instituído pela Lei 12.519/11³ que determinou o dia 20 de novembro⁴, é, talvez, o único dia que o aluno tem para se conscientizar sobre a importância da Cultura Africana e a herança que a Cultura Brasileira herdou destes povos, ficando a dúvida: Consciência de quê e para quê? Será que em um único dia a educação consegue voltar seu olhar para a importância do negro na formação social e cultural brasileira, colocando mural imagens estereotipadas do negro e de sua "libertação"? Libertação essa que ficou subscrita somente no papel e que se concretiza nas escolas enfeitando os alunos para uma apresentação de dança Afro-Brasileira (descontextualizada) apresentada no pátio da escola.

Em uma escola pensada para brancos e que carrega os resquícios da escravatura até os dias atuais, quem poderá falar sobre a importância da Cultura Afro-Brasileira na educação? Em reuniões pedagógicas em que estive presente, enquanto professora de arte na cidade de Campo Grande estado do Mato Grosso do Sul, me fizeram esta pergunta, porém não fui consultada para falar da minha própria experiência e vivência como mulher negra e Arte-Educadora, o que me inquieta e ao mesmo tempo demonstra o quanto a sociedade brasileira ainda precisa vencer as barreiras do preconceito, especialmente em aceitar um professor(a) negro(a). Meu sentimento é de desmerecimento quanto à herança africana que trago em minhas entranhas.

A herança dos povos Africanos e que denominam-se hoje de Afro-Brasileiro⁵ influenciou diretamente no contexto sociocultural e na formação do indivíduo que não vive mais na condição de escravo e sim como sujeito que não se enquadra - e é

³Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12519.htm

⁴A Lei 12.519 instituiu oficialmente a data como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Os estados que decretam feriado são Amazonas, Alagoas através da Lei Estadual nº 5.724 de 1995, todos os municípios do estado de Alagoas têm feriado no Dia da Consciência Negra. Amapá desde 2007 o Estado determinou, via lei, que a data é feriado em todas as cidades do Estado. Na Bahia somente em três cidades (Alagoinha, Camaçari e Serrinha). No Estado do Ceará não é feriado em nenhuma cidade. No Mato Grosso do Sul somente em Corumbá. Confira a listagem completa em <http://www.palmares.gov.br/file/2013/11/Estados-e-Munic%C3%ADpios-que-Decretaram-Feriado-no-Dia-20-de-Novembro-dia-da-Consci%C3%Aancia-Negra1.pdf> Acesso em 15 de novembro de 2017.

⁵Os Afro-Brasileiros definido por Darcy Ribeiro (2006, p. 102): Os negros foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. [...], distingue-se, quanto aos tipos culturais, três grandes grupos. O primeiro, das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelo grupo Yoruba – chamados *nagô*–, pelos Dahomey – designados geralmente como *gegê*– e pelos Fanti-Ashanti – conhecidos como *minas*–, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente os Peuhl, os Mandinga e os Haussa, do Norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros *malée* no Rio de Janeiro como negros *alufá*. O terceiro grupo cultural africano era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e a "Contra Costa", que corresponde ao atual território de Moçambique.

sabido que historicamente nunca se enquadrou - na educação tradicional que o vê meramente como escravo e que foram excluídos da sociedade e da Educação no Brasil. Não podemos deixar de evidenciar que

No Brasil, a escravidão foi uma instituição que perdurou por quase quatro séculos, que se fez a partir de uma importação massiva de africanos. Em meio a esse processo, os africanos e seus descendentes penetraram em todas as dimensões da sociedade, estabelecendo influências que sempre caracterizaram o Brasil como nação, sendo praticamente impossível às narrativas históricas, entre elas a da educação, não levar em conta os negros [...] os negros estão alocados em lugares vinculados ao trabalho e à margem do processo de escolarização (FONSECA, 2016, p. 34).

Decorre deste pensamento que refletir uma educação voltada para a importância da cultura africana e suas influências na cultura que hoje se constitui Afro-Brasileira faz-se necessário, porém, devemos compreender como se deu o processo educacional do negro no Brasil.

Numa outra situação da minha vivência como Arte Educadora fui abordada pelo gestor da unidade onde trabalhava na época que me disse: “*Você além de preta é metida*”, referindo-se à proposta artística que trabalhava na época com os alunos, o que me deixou bastante desmotivada e extremamente impotente ao ouvir este discurso de intolerância, preconceito e desconhecimento. Investigar as danças brasileiras como uma proposta de (re)existência da identidade do negro na educação foi o que motivou a pesquisa.

As ações intrínsecas que envolvem a arte da dança no contexto da cultura negra têm recebido atenção em alguns eventos artísticos. As inquietações em torno delas têm chegado, de forma tímida, também à universidade, em cursos de pós-graduação em artes cênicas, em que artistas, educadores e pesquisadores carregam em si o contexto sociocultural da herança africana. Isso tem promovido um conhecimento sistematizado, com visões que transcendem a estereótipos e fortalecem a expressão cênica afro-brasileira por meio de pesquisas artísticas científicas. [...], promovendo um diálogo substancial que converge no sentido de enriquecer a dança brasileira contemporânea (SANTOS, 2016, p. 12).

A presente pesquisa se justificativa pelas inquietações pessoais que enfrento todos os dias na minha prática e pela necessidade latente de promover discussão sobre a afro-brasilidade na educação. Pesquisar as danças Afro-Brasileiras na educação como (re)existência da identidade do negro perpassou minha trajetória neste contexto sociocultural e educacional numa sociedade Afro-Brasileira que

prefere não tocar neste assunto e que nega-se⁶ a falar sobre a importância da história do negro, especialmente no que tange à educação.

Perante tal realidade, foi preciso que uma Lei⁷ fosse criada tornando obrigatória a inclusão do Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos em estabelecimentos públicos e particulares da educação básica, a demora em implementar esta lei denota o descaso e a desinformação sobre a importância do negro na construção de um país. Para explanação sobre o assunto, este texto se divide em quatro tópicos. O primeiro apresenta a história da educação do negro no Brasil, o segundo abordará sobre identidade, o terceiro tópico falar-se-á sobre a implementação da lei 10.639/03 e o quarto tópico dança afro-brasileira como proposta de resistência da identidade em questão será assentada.

1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

A educação do negro na sociedade brasileira não estava nos planos governamentais, muito menos na sociedade escravocrata que era acostumada a ver o negro na condição de escravo e não admitiria vê-lo compartilhando do mesmo espaço escolar que seus filhos brancos. Fato que ocorreu depois da abolição dos escravos e que acontece nos dias atuais.

Pesquisas acadêmicas, bem como publicações, revistas, anais e artigos produzidos em diversas universidades brasileiras, contribuiu com o levantamento do contexto histórico da educação do negro no Brasil. Esta perspectiva possibilita-nos enxergar o negro (invisível) como sujeito histórico e que por décadas foi silenciado e afastado de seu direito como cidadão. Para Fonseca (2016),

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-es-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (FONSECA, 2016, p. 23).

⁶Esta negação ocorre nos âmbitos sociais, políticos e educacionais. No ensino formal, não-formal e projetos existentes no Brasil como o que já atuei conhecido como Programa Mais Educação.

⁷Lei nº 10.639, 10 de janeiro de 2003, na qual foi incluída no currículo oficial da rede de ensino, para implantar a obrigatoriedade da temática do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A condição à qual o negro ficou submetida no processo educacional foi de subalterno, inapto e incapaz; nasce daí o desprezo e a falta de interesse que perdura até os dias atuais em relação ao negro e sua cultura. Sabemos que quando é mencionada a importância da cultura Afro-Brasileira na educação fica sempre a seguinte dúvida: Para quem é preciso saber sobre isso? Nunca foi realmente estabelecido um diálogo aberto sobre esse tema com o educador e muito menos com a sociedade brasileira cujo pensamento é eurocêntrico e preconceituoso.

Empurrados para os cantos da cidade, à vista da impossibilidade [...] excluídos dos estudos formais, pela inexistência de escolas públicas do caráter elitista das existentes; assim também do mercado de trabalho, carimbados que estão pela marca de incompetentes, marginalizam-se; favelizam-se; mas veem, como caminho único para o crescimento social, a assimilação dos valores europeus” (SANTOS, 2015, p.176).

É a partir deste contexto histórico da exclusão do negro do processo educacional no Brasil que os negros foram drasticamente afetados no que tange a sua inserção na educação brasileira, será neste contexto que impossibilita-nos a compreensão destes indivíduos como sujeitos históricos. No que se refere à prática docente, estes não veem sentido em ensinar sua própria história, e não imaginam que estão contribuindo para o apagamento histórico do qual descende sua raça. “A condição de sujeito foi negada, cedendo lugar a narrativas que delimitaram lugares sociais específicos para os membros desse grupo racial” (FONSECA, 2016, p. 24).

As diferenças no campo social e educacional do negro, constituídas na sociedade brasileira, são um agravante e perduram há 4 séculos, estas se edificam em meio às relações ético-raciais que segregam socialmente e desqualificam educacionalmente o negro.

Aos negros eram imputadas uma inferioridade e uma incapacidade inatas para o convívio social e político com a liberdade conquistada. Para comprovar essa tese, os intelectuais racistas foram buscar amparo das ciências e do pensamento colonialista desenvolvidos na Europa. Era o auge do que se convencionou chamar de racismo científico, e que impregnou boa parte do pensamento oficial e acadêmico dominantes naquela época (CINTRA, 2012, p. 17).

Mencionado por Ferraz (2012) o pesquisador Nizan Pereira⁸ em sua tese de doutorado intitulada: *a construção da invisibilidade e da exclusão da população negra nas práticas educacionais do Brasil*, ressalta que esta exclusão se explica pelo

⁸Fernando Marques Camargo Ferraz. O fazer saber das danças afro: investigando matrizes negras em movimento. Dissertação de mestrado em Artes. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

conceito de 'naturalismo'⁹, ou seja, a exclusão foi naturalmente aceita pela sociedade. Segundo o autor era normal não ter os negros como alunos nas escolas tradicionais. No que se refere à aceitação dessa condição pelos negros, estes não viam outra saída, pois estavam sob dominação há mais de 500 anos, o que configura tempo suficiente para achar 'normal' e 'aceitar', sob forte pressão e ameaças de morte, o que sempre ouviram da sociedade: sua condição de escravo. Este fato também contribuiu para que o negro ficasse fora do processo histórico educacional.

A Constituição de 1824¹⁰ decretou que a escola era um direito de todos, exceto aos negros. Entre as constituições que vão de 1821 a 1824 perdurou um sistema de escola domiciliar, onde somente os ricos teriam condições de estudar pois poderiam pagar. A escola pública seria para os pobres, os negros nascidos no Brasil, ou os que já eram considerados 'livres'. Porém no Rio de Janeiro a proibição, mesmo sob o respaldo da lei, era de que não teria acesso às escolas quem tivesse alguma doença contagiosa e os negros, mesmo que libertos, negando-lhes novamente o direito à humanidade e à educação: os negros continuavam sendo vistos somente para o trabalho escravo.

Na década de 1970 foram produzidas obras que passaram a incorporar e abordar o desenvolvimento histórico da educação no Brasil. Será neste período que encontra-se um livro,¹¹ esta obra tem todas as características dos manuais que foram construídos como suporte para o ensino de história da educação, "trata-se de uma obra construída com finalidades didáticas, onde encontramos os temas mais comuns da história da educação brasileira - dos jesuítas, no século XVI, até as experiências educacionais do século XX". (FONSECA, 2016, p. 26). O livro com mais de 500 páginas aborda a história da educação no Brasil, porém Fonseca (2016) afirma que

⁹ "A naturalização foi um processo de dominação baseado em leis. Nos tempos de dom Pedro I era assim: todo cidadão brasileiro tinha direito à educação. E cidadãos eram os portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil. Poderia até haver o direito à liberdade, mas ser escravo livre não dava direito à educação." "A naturalização é quando a gente não pensa mais. Deduz. A própria escola fez isso – os negros não estavam lá porque não era para estar. E se estivessem, era exceção. Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-brasil-sem-escola-tem-historia-e-tem-cor-96aaka56heq7qxjdcyml7v7m6>

¹⁰ Foi a primeira Constituição Brasileira outorgada por Dom Pedro I em 25 de março de 1824, dando pleno Poder ao Imperador. Vigente até a declaração da república de 1889. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>, acesso em 13/10/2017.

¹¹ História da educação brasileira, de José Antônio Tobias publicado pela primeira vez em 1972. Disponível em <https://www.estantevirtual.com.br/livros/jose-antonio-tobias/historia-da-educacao-brasileira/1126756106>

somente três páginas fazem referências à educação do negro, evidenciando o descaso e a falta de interesse em vê-los como sujeitos históricos que buscam conquistar seu direito à educação.

No século XIX mesmo com a proclamação da independência, sabe-se que os negros já libertos não eram autorizados a frequentar escolas, fato relatado no livro do historiador Moacyr que foi reeditado em 1986, foi possível por esta nova edição relatar os fatos de forma concisa, em que:

As províncias em que, segundo ele, era proibido aos negros frequentar escolas: Rio de Janeiro, Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. [...] a fonte de pesquisa de onde retirou estas informações: o livro *A Instrução e as províncias: subsídios para a história da educação (1834-1889)*, do historiador Primitivo Moacyr. Ao consultar o livro utilizado como fonte de pesquisa por Tobias (1972/1986), constatamos que sua interpretação operou a partir de uma série de generalizações que são reveladoras da forma como a educação dos negros foi incorporada à história da educação brasileira. No Rio Grande do Sul foram encontrados indícios que sugerem que havia algum tipo de impedimento para os negros frequentar escolas. No livro de Primitivo Moacyr [...] - encontramos a seguinte determinação em uma Lei de 1837, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: “*são proibidos de frequentar as escolas públicas: 1o. as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas; 2o Os escravos e pretos ainda que sejam livres ou libertos.*” (MOACYR, 1940, p. 431 *apud* FONSECA, 2016, p. 27-28)

Podemos perceber que a partir desta exclusão - discriminação e negação de um direito adquirido a partir da legalidade da lei que não foi respeitada, o negro necessitava pertencer de forma mais sistemática na sociedade e precisava ser reconhecido como cidadão tendo uma escola que os aceitasse como um sujeito histórico que teve sua vida arrancada às custas de injustiças, desrespeito e covardia.

Foi necessário ao negro pagar o alto preço pela sua liberdade e dignidade e o fez com sua própria vida; a sociedade brasileira e a educação, juntamente com todos os seus malfeitores e algozes, contribuiu para que o negro adquirisse a crença de incapacidade intelectual, social e na sua identidade, ainda hoje a escola é excludente com relação ao negro que sofre preconceitos diários. A sociedade entende, nas entrelinhas, que o lugar do negro ainda é manter-se escravo. E proporcionar estudos aos negros parece sempre ser algo perigoso.

2 IDENTIDADE NEGRA

A cultura Afro-Brasileira tem uma trajetória histórica desde os tempos do Brasil colônia, quando africanos roubados de seus países e de sua família chegaram no

Brasil sob a condição de escravos. Segundo Maria de Lourdes Silva¹², “esse grupo étnico-racial sofreu e sofre os efeitos do sistema escravagista. Sistema que, tomando como referência os meados dos séculos XVI, perdurou no Brasil por mais de 300 anos”. Foi neste período que os escravos se tornaram importantes nas questões relacionadas à base do desenvolvimento organizacional e nos aspectos social, político e econômico do país.

Forçados a migrarem do seu continente, roubados de suas famílias, os negros edificaram a nação brasileira quanto à seu modo de viver, buscando reinventar e recriar seu labor. Estes trabalhadores foram explorados e tiveram suas vidas e dignidades arrancadas sem direito à absolutamente nada, e sabemos que ainda hoje continuam enfrentando toda forma de extermínio e preconceito. Ainda assim, estes são, notoriamente e comprovadamente, “a maior população negra fora da África”. (FONSECA, 2016).

Do ponto de vista étnico-racial, 44,6% da população brasileira apresenta uma ascendência negra e africana, que se expressa na cultura, na corporeidade e/ou na construção da suas identidades [...]. É nesse contexto histórico, político, social e cultural que os negros e as negras brasileiros constroem suas identidades e, dentre elas, a identidade negra. Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, pois se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social (GOMES, 2010, p. 98).

A identidade construída pelos negros brasileiros, classificados em pretos e pardos, se dará não apenas por oposição ao branco, mas igualmente, pela negociação, conflito e diálogo que acontecerão com este ou outros grupos étnico-raciais. Segundo a autora, “as identidades e as diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento”. (GOMES, 2010, p.98). Serão nas relações sociais e educacionais que se percebe que as diferenças ocorrem o que gera o distanciamento deste sujeito em compreender a sua importância enquanto sujeito histórico afetando diretamente sua identidade como cidadão.

Será a partir desta complexidade que aprenderemos que, aos poucos, as proporções de nossa identidade serão estabelecidas pelas diferenças, e que diante desta irão ocorrer no trato social, cultural, histórico e político que estas receberam durante seu percurso na sociedade. “No entanto, a senzala e o quilombo não são o

¹² Maria de Lourdes Silva mestra em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais e presidente da Comissão de Cotistas Indígenas e Negros da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

passado apenas de indivíduos que trazem na epiderme a marca da mãe África, [...]. A senzala e o quilombo são o passado presente da cultura brasileira”(SILVA, 2016, p. 69). A senzala de hoje carrega no seu bojo este passado e presente nos leva a refletir, como (re)existir nos dias atuais?

Busca-se caminhos que sensibilizem o campo educacional e social como forma de resgatar a visibilidade da identidade do negro frente às discriminações e indiferença enfrentadas nesta sociedade brasileira. Podemos nos perguntar: como as identidades negras foram construídas no Brasil? A partir de séculos de escravidão, dominação e autoritarismo, ao negro foi negado o direito de se adequar e se integrar socialmente e educacionalmente. Podemos dizer que, formalmente eles já eram “libertos”, mas se tornava cada vez mais difícil de a sociedade os ver como sujeitos que contribuíram para a construção da identidade afro brasileira. Assim, tentaram de forma covarde omitir e neutralizar esta identidade brasileira constituída pelo negro neste país.

Ao produzir uma elegia da intensa miscigenação racial e cultural brasileira o mito desvia o nosso foco das situações cotidianas de humilhação e racismo vivida pela parcela da população “preta” e “parda” e da situação de desigualdade por ela vivida na educação básica, saúde, acesso à terra, mercado de trabalho e inserção universitária [...]. No caso dos negros, mesmo quando estes conseguem algum tipo de ascensão social, não deixam de viver situações de racismo e de serem tratados com desconfiança, como um incômodo (GOMES, 2010, p. 101).

No Brasil o negro ainda luta para superar preconceitos e conquistar espaço na sociedade, especificamente quando falamos de sua presença na educação. Parte desta luta consiste em enfatizar a relevância cultural herdada dos africanos quando tratamos da formação da identidade do povo brasileiro. Para Ribeiro (2016) “a assunção de sua própria identidade pelos brasileiros, como de resto por qualquer outro povo, é um processo diversificado, longo e dramático”. Sabemos que tratar deste assunto não é aceitável como pontua a autora em sua pesquisa quando evidencia que:

Defender estes conhecimentos não é fácil já que a rota que se segue é contrária à cultura hegemônica, para o pesquisador faz-se necessário “coragem, crença e determinação em uma outra realidade, mais justa, de aceitação das etnias marginalizadas, possível de ser concretizada a partir de ações e intervenções no campo da ciência, da educação e, também, do processo normativo social (LARA, 2008, p.110-111).

Neste sentido investigar a importância da dança Afro-brasileira na Educação consiste em resgatar a memória de um povo que sofreu e sofre para formar sua

identidade e dignidade frente a um sistema que o silenciou por séculos e o jogou à margem da sociedade. O preconceito e a discriminação gerou e gera embates na luta por melhores condições de vida, particularmente no respeito à cultura, que tanto influencia na educação do sujeito.

O resgate do corpo afro-brasileiro a partir da dança é, portanto, uma busca pela valorização da participação do negro na formação cultural do país, pois o corpo é memória, e a memória é mostrada a partir dos movimentos dançados, que colocam a identidade do indivíduo em movimento. A população negra reproduz no corpo movimentos que instrumentalizam a luta e a resistência sociocultural e será pela dança que esta luta se tornará expressão, via corporal, esta será fruto do percurso histórico de resistência e construção de identidade. “As identidades das diferentes matrizes africanas inscritas nos corpos negros dos africanos, aos poucos, foram sendo modificadas, reinterpretadas [...] com o surgimento de novas gerações, nascidas no Brasil”. (MUNANGA e GOMES, 2006, p.152).

Será esta nova geração compreendida hoje como afro-brasileira que a dança afro-brasileira se elabora e articula e o corpo negro representado na dança se torna o principal propagador de resistência. Recriando sua história, reinventa novos símbolos e traz na memória ancestral o resgate de uma identidade negra, esta poderá ser ensinada às novas gerações e o papel da educação será fundamental dentro deste contexto, pois, a identidade corporal perpassa gerações e será a partir destas expressões que a sociedade manterá viva a herança africana.

O resgate do corpo afro-brasileiro a partir da dança é, portanto, uma busca pela valorização da participação do negro na formação cultural do país, pois o corpo é memória, e a memória é mostrada a partir dos movimentos dançados, que colocam a identidade do indivíduo em movimento.

A cultura negra é o elemento essencial para a formação da identidade brasileira e por meio da dança afro-brasileira podemos fazer uma reflexão acerca da contribuição e participação africana na formação cultural. Desta forma, será possível entender o tema desta pesquisa e a importância da dança afro-brasileira e seu papel social e educacional.

A participação dos negros na formação do povo brasileiro tem sido, consistentemente, analisada de forma a minimizá-la, visto que, à luz de relatos ainda atuais, tem-se a nítida impressão de que esse povo nada produziu por si próprio, movimentando-se apenas como gado, ao toque de seu senhor. De certa forma, não é possível contestar-se totalmente essa

visão, à vista do processo escravista vigente durante os três primeiros séculos da formação nacional; [...], esse negro antes de mais nada, será um organizador, sendo o grande povoador do território nacional(SANTOS, 2015, p. 219).

É a partir da identidade de um povo que uma nação se constitui e se desenvolve, o que ocorrerá nos âmbitos sociais, econômicos, educacional e cultural. Portanto, pensar sobre a importância da dança afro-brasileira na educação é voltar o olhar para a riqueza histórica que esta dança nos deixa como legado em seu repertório corporal.

3 IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Buscando reparar os danos causados pelo período escravocrata no Brasil, surgem políticas que visam resgatar a memória e a dignidade do povo brasileiro e uma das medidas de ação afirmativa surgiu em 9 de janeiro de 2003, tendo na presidência da República o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sancionou a Lei 10.639/03. Ela tornou obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica.

Trata-se de uma alteração da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e a importância desta aprovação significa a luta histórica do Movimento Negro em prol de uma educação que conscientiza a importância destes povos na construção do País. Lamentavelmente, pensar que somente através da aprovação de uma Lei que precisa obrigar, seja quem for a falar de algo tão importante dentro do nosso país, já demonstra o quanto a própria população brasileira desconhece ou não reconhece esta causa como sendo uma luta de todo o cidadão brasileiro, que traz imbricado em sua memória os resquícios da escravidão que perdurou por séculos, sendo o Brasil o último país do mundo a abolir os escravos, fato ocorrido somente em 1888.

Mesmo após a aprovação da Lei 10.639/03¹³ que garante o estudo do Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, é notável perceber que as escolas,

¹³ Em 10 de março de 2008. Altera-se a Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Ou seja tiraram a História Africana e acrescentaram Indígena, sabemos que se conhece a história pelo seu contexto geral. Não abordei esta lei pois poderá ser um outro estudo em questão, será esta Lei que vigora no país atualmente.

especialmente nas que atuei e atuo como Arte Educadora, desconhecem a própria cultura e conseqüentemente desconhecem a história do Brasil e o contexto educacional pelo qual os alunos negros precisaram lutar para conquistar e vencer.

A escola brasileira, pública e particular, está desafiada a realizar uma revisão de posturas, valores, conhecimentos, currículos na perspectiva da diversidade étnico-racial. Nos dias atuais, a superação de subalternização dos saberes produzidos pela comunidade negra, a presença dos estereótipos raciais no manuais didáticos, a estigmatização do negro, os apelidos pejorativos e a versão pedagógica do mito da democracia racial [...] precisam e devem ser superados no ambiente escolar não somente devido ao fato de serem parte do compromisso social e pedagógico da escola no combate ao racismo e à discriminação racial, mas também, por força da lei. (GOMES, 2010, p.104)

Por consequência, a educação não conseguirá enxergar a importância do negro na formação da identidade brasileira, que se deu à partir da cultura africana, sendo necessário a criação de uma Lei para obrigá-los a conhecer a sua própria história. Vale destacar que ainda assim, não é garantido que o estudo e a reflexão acerca dessa importante contribuição histórica seja contemplado. Podemos dar como exemplo o que aconteceu com a lei do ventre livre¹⁴, que mesmo sancionada, não foi cumprida. Como forma de contribuir na formação do docente, ocorrerá

A partir de então várias iniciativas de formação de professores para a diversidade étnico-racial vêm sendo realizadas no Brasil, editais do Ministério da Educação têm sido construídos e recursos públicos – não – muitos – têm sido destinados para o trabalho educacional voltado para a questão racial do país. Entretanto, essa nova situação encontra as escolas, os educadores e as educadoras do Brasil em uma situação de insegurança e desconhecimento diante do trato pedagógico da diversidade étnico-racial. Há, na educação escolar, um imaginário pedagógico que tende a considerar que a questão racial é uma tarefa restrita aos professores e professoras que assumem publicamente uma postura política diante da mesma ou um assunto de interesse somente dos professores(as) negros(as). [...] em nível superior com pouco ou nenhum acúmulo sobre a temática racial e, muitas vezes, é permeada pela resistência a sua própria inserção nos currículos dos cursos de Pedagogia e de Licenciatura (GOMES, 2010, p. 104).

A implementação da Lei 10.639/03 e das suas respectivas diretrizes no currículo escolar nacional encontra respaldo legal em prol de uma educação antirracista, e, conforme afirma Gomes¹⁵, “vem somar às demandas do movimento negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais que se mantêm atentos à luta

¹⁴ Lei nº 2040 de 28.09.1871- Lei do Ventre Livre
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>

¹⁵ Nilma Lino Gomes é professora adjunta da Faculdade de Educação da UFMG. Coordenadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Este capítulo é parte das reflexões do pós-doutorado da autora, realizado no Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, sob a orientação do prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, com apoio do CNPq.

pela superação do racismo na sociedade” (GOMES, 2016, p. 104). Especialmente na educação, o estudo sobre a cultura herdada dos africanos - e que agora se constitui afro-brasileira terá nesta lei sua maior expressão. Desta forma, a escola se torna uma instituição social responsável pela construção de representações positivas dos Afro-brasileiros. A autora ainda afirma que a educação busca respeitar a diversidade como parte de uma formação cidadã, cabendo à escola pública exercer uma educação antirracista.

Falar sobre a história da cultura africana e as influências que ocorreram na sociedade brasileira requer estudo, interesse e sobretudo enfrentar os preconceitos que ainda existem quanto ao tema a ser abordado, um assunto que inquieta a todos. “A mudança legal, que não indica, necessariamente, uma transformação legítima, contribui para que avanços possam ser obtidos no tocante ao reconhecimento das diferenças étnico-raciais no sistema educacional”. (LARA, 2008, p. 115).

Em um país como o Brasil a marca da hegemonia branca e a política externa de branqueamento da raça estão em evidência. A implementação da Lei 10.639/03 tenta amenizar as discriminações, sejam elas em âmbito racial, cultural e social, presentes na sociedade e no espaço escolar, desta forma, busca-se efetivar a diversidade e pluralidade ensinando que todos devem ser respeitados e tratados como seres humanos em suas diferenças.

Para cumprir essa lei, o curso de Artes Cênicas e Dança¹⁶ da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por exemplo, criou a disciplina “Danças Afro-brasileiras” que garante o ensino dessas manifestações artísticas na formação do arte educador. Porém, o interesse pelo conteúdo dessa disciplina – que trata justamente das questões corporais que tangem a formação é mínimo, considerando que sou a primeira graduanda a me debruçar sobre a temática em danças afro-brasileira em uma pesquisa de conclusão de curso.

4 DANÇA AFRO-BRASILEIRA COMO PROPOSTA

Pesquisar a importância da dança Afro-Brasileira e sua contribuição na Educação nasce das reflexões aqui apresentadas acerca de um povo que, com bravura, luta até hoje para manter suas raízes. A dança pode ser uma proposta de trabalho a partir deste resgate cultural. Porém, é importante lembrarmos que a cultura

¹⁶ Sabemos que o curso em Artes Cênicas e Dança na UEMS teve seu primeiro projeto político em, o projeto político pedagógico alterado em 2015 Artes Cênicas.

e a história afro-brasileira carrega em si julgamentos e incompreensões que tentam, como sempre tentaram, de todas as formas apagá-las da história, ou queimá-las como fez Rui Barbosa¹⁷, desprezando a memória. No entanto o autor justifica-se ao afirmar que:

A colonização da África, transmigração de escravos para as Américas, o sistema escravocrata e a divisão do continente africano em guetos europeus não conseguiram apagar no corpo / *corpusafricano* e de origem africana os signos culturais, textuais e toda a complexa constituição simbólica fundadores de sua alteridade, de suas culturas, de sua diversidade étnica, linguística, de suas civilizações e história (MARTINS, 1977, p. 25).

A dança se constitui justamente deste processo de divergência, junção, conflito e resistência e destes derivadas identificações afro-brasileiras, sobretudo, no corpo. “É o corpo que se move, brinca, dança, canta e recria a história [...]. Isto é, a partir da assimilação da memória coletiva, dá corpo à herança cultural negro-africana no Brasil”. (SILVA, 2016, p. 69). As pesquisadoras Joenir Antônio Milan¹⁸ e Claudiana Soerensen¹⁹ afirmam que.

A presença da dança negra, tanto teoricamente como na prática, é comum em nosso idioma corporal, em nossa linguagem não verbal [...] a imensa riqueza da cultura negra existente no Brasil, que tem em suas manifestações populares, umas das mais significativas. Já que, embalados pelas danças afro-brasileiras de cunho africano, os brasileiros expressam, de forma exemplar, o caráter multifacetado do nosso país. [...]. Passa-se, então, a estudar, de maneira rápida, suas origens, (re) estudando seus contornos, (re) vendo o racismo, o preconceito e outras formas de discriminação tão presentes no âmbito escolar e na sociedade em geral (MILAN e SOERENSEN, 2011, p. 3).

Diante deste cenário e das questões relacionadas à condição do negro no Brasil já apresentadas no presente texto, realizamos estudos práticos e teóricos sobre a dança afro-brasileira na educação, entendendo-a como caminho para desenvolver e despertar no indivíduo, na sociedade e na educação, possibilidades de diluir os preconceitos e os paradigmas à respeito da valorização da cultura brasileira, especificamente a partir das influências africanas integradas em nosso

¹⁷Foi ministro da fazenda nos anos de 1889 à 1891, e por um decreto publicado em 14 de dezembro de 1890 autoriza a queima da história do negro africano roubados e traficados para serem escravizados no Brasil. Na tradição historiográfica que remonta a Nina Rodrigues, que responsabiliza Rui Barbosa por uma ordem que teria como resultado a queima dos documentos relativos à escravidão, em poder de repartições públicas submetidas à autoridade do ministério da Fazenda, logo após a proclamação da República e, também, da abolição da escravidão.

¹⁸ Discente do curso de Especialização Ensino da Cultura, Artes e História Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica – UNIOESTE/PR – Campus Cascavel.

¹⁹ Mestre e docente da disciplina de literatura Africana de Língua Portuguesa – UNIOESTE/PR – Campus Cascavel

cotidiano. No processo educacional a contribuição destes sujeitos e a herança da dança afro-brasileira se tornará uma proposta metodológica e didática. Nesse sentido, falar de dança afro-brasileira levará a desmistificar a visão errônea, eurocêntrica e preconceituosa que esta enfrenta nos dias atuais na escola.

Na minha experiência como arte educadora quando o assunto remete à cultura Afro-Brasileira, mesmo sendo em outros campos da área de conhecimento que não a arte, o que ouço dos alunos são sempre os comentários de racismo, preconceito e piadas, o que constrange os alunos negros, - já os alunos preferem se calar e se manterem invisíveis neste contexto, por isso, repensar:

No sentido de efetivar práticas pedagógicas que possam visualizar outras racionalidades além da ocidental, branca e hegemônica, a investigação da cultura afro-brasileira é colocada como mecanismo de resistência. Isso porque traduz a pluralidade de um povo e a necessidade de reconhecê-la em sua alteridade, em suas formas diferenciadas de expressar a vida e de se comunicar. Por crer no potencial educativo da cultura afro-brasileira, de valorizada a formação humana numa dimensão ampliada que envolva conhecimentos ético-morais e estético-expressivos (LARA 2008, p.115).

Elencando questões essenciais acerca da cultura afro-brasileira a partir das práticas na educação, a dança afro-brasileira ainda é vista com olhares desconfiados e de menosprezo. O tom desse corpo que dança sua história e memórias precisará de permissão para existir? Como recuperar esta visão da dança afro-brasileira considerando-a como herança africana que durante todo o percurso histórico foi escamoteada por estas considerações preconceituosas? Desconsiderar a importância da dança afro-brasileira na educação como proposta educacional será o mesmo que apagar da memória a relevância de toda uma luta travada para o reconhecimento do negro na sociedade brasileira. “A corporeidade do negro – marcada por sua história na África e no Brasil – e sua mitologia é mais uma das formas de ampliar o olhar sobre a dança” (LARA 2008, p. 134). A liberdade que o negro busca seria expressar-se sem que para isso ele tenha que negar-se ou pedir permissão. Por isso que:

Compreendemos que é nossa tarefa subverter, do ponto de vista intelectual, educacional e sociopolítico os discursos que negam, desqualificam e tentam silenciar historicamente as produções intelectuais negras, facultando aos negros o “não lugar”, desconsiderando as suas experiências e realizações (SILVA, 2014, p.37)

Este entendimento nos faz refletir que este “não lugar” desmerece a memória corporal do indivíduo que expressa características e traços, fruto de sua identidade e

a dança afro brasileira não estará desvinculada desta, serão estas memórias que construirão repertórios da dança afro brasileira na educação. Posso exemplificar dizendo que das poucas vezes que presenciei a dança afro-brasileira na escola foi com o caráter de “alegoria” que se coloca na cabeça, passos repetidos de algum vídeo assistido, entretenimento para lembrar o dia do negro, e a exposição do corpo da mulher negra erotizando-o, camuflando e menosprezando todo o simbolismo estético, cultural e histórico que esta dança afro brasileira nos deixou como legado da história do negro no país.

Diante do contexto pelo qual o negro tentou ser inserido, é notável perceber que tanto nos moldes educacionais quanto sociais ainda existem muitas correntes que precisam ser quebradas. Nesse contexto, a cultura afro-brasileira está imersa numa rede de interferências, e a dança afro-brasileira se constrói destas resistências. Acreditamos, portanto, que deveria existir uma verdadeira conscientização da sociedade especialmente na educação e que sem reflexão, estudo, pesquisa e acima de tudo à luz do saber acerca da dança afro brasileira na educação e sua proposta didática, esta será esquecida, escrita no papel se tornará invisível, assim como foi o negro durante séculos de luta para ser reconhecido como indivíduos.

No campo educacional se levarmos em conta as intenções dos sistemas educacionais no processo de formação dos indivíduos com os quais se trabalham, observaremos que, historicamente no Brasil, se constituem uma perversidade a forma como eram representados e abordados os conteúdos relativos à culturas dos negros, dos africanos e dos indígenas nos espaços educacionais. Tais representações e abordagens fortaleceram os processos de exclusões desses grupos, levando em conta que não foram reconhecidas as suas bases culturais (SILVA, 2014, p. 36).

Fato que ocorrerá também na dança afro-brasileira que carregada de preconceitos demonstra o quanto temos que avançar em compreender no âmbito cultural e social o papel que esta exerce na construção de saberes outros²⁰, ao pensarmos numa ação efetiva a preocupação deveria abarcar a todos e não somente de quem luta pela causa do negro ou quem é negro, fato já relatado nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

²⁰ Saberes outros que trarão no bojo conhecimentos históricos do Brasil e sua relação com as africanidades, as linguagens artísticas nas áreas de música, artes visuais, literatura, teatro, audiovisual além dos saberes do mundo da cultura popular, que serão tão importante quanto à cultura letrada.

Quem precisará contribuir na educação dos sujeitos quando o assunto é a Cultura afro-brasileira temática que refletiu e reflete todo brasileiro, quando menciono que não sou consultada para refletir sobre o tema, provavelmente será por não acreditarem neste saber que trago em minha memória? A minha busca desta liberdade é uma construção que ainda terei que (re)construir, não será tarefa fácil.

O estudo da cultura afro-brasileira nos ajuda a refletir este resgate da memória e identidade de um povo que constituiu a sociedade afro-brasileira. Todos somos parte desta construção histórica, no entanto, as reflexões no campo educacional necessitam de estudo e vontade, e que esta temática não seja lembrada somente no dia da 'Consciência Negra'. "O desconhecimento das manifestações culturais africanas no Brasil leva à manutenção e veiculação de uma hegemonia dominante e das verdades que dissemina" (LARA, 2008, p. 135).

Não impondo ideias nem levantando armas, mas refletindo a partir dos estudos realizados ao longo desta pesquisa e a partir de minha história pessoal, concluo que a educação pode proporcionar espaços de saberes mais amplos que aqueles proporcionados na atualidade. Para tanto, precisará se apropriar de estudo, reflexões e compreensões sobre a temática buscando, neste diálogo, propostas que consigam abarcar a dança afro-brasileira sem preconceitos. O negro poderá encontrar na dança e na educação o resgate e a valorização de sua identidade, pois, camuflado pela cegueira do saber imposto pela sociedade branca, precisa, reconstruir sua história para a formação de uma educação que o liberte dos conceitos errôneos acerca da cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CINTRA, Benedito. **Estatuto da igualdade racial**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

FERRAZ, Fernando Marques Camargo. **O fazer saber das danças afro: investigando matrizes negras em movimento**. 2012. 291f.. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?" **Revista Brasileira de Educação**, n.21, 2002. p. 40-51.

GOMES, Nilma Lino (Org.) **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 1. reimp.

LARA, Larissa Michele. **As danças no candomblé: corpo, rito e educação**. Maringá: Eduem, 2008.

MILAN, Joenir Antonio; SOERENSE, Claudiana. A dança ngra afro-brasileira/ como fator educacional. **Revista África e africanidades**. Ano III., n.12. fev. 2011. Disponível em: <http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/12022011_13.pdf>. Acesso em: 4 set. 2017.

MUNANGA, Munanga: GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil hoje**. São Paulo: Global, 2008.

NINA RODRIGUES, Raymundo. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 13. reimp.

SANTOS, Ademir Barros dos. **África: nossa história, nossa gente**. Salto, SP: Mirarte, 2015.

SILVA, Maria de Lourdes Silva. Povo negro: da escravidão à discriminação étnico-racial. In: ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. **Caderno de Diálogos Pedagógicos: combatendo a intolerância e promovendo a igualdade racial na educação sul-mato-grossense**. Mato Grosso do Sul: Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2005. p. 41-43.

SILVA, Renata de Lima. **Corpo limiar e encruzilhadas: processo de criação na dança**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2016.